



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2022

Regido pela Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto Municipal Nº 010/2006 (Regulamenta o pregão) e pela Lei Complementar n. 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/93.

Objeto:

Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final, em aterro sanitário licenciado, dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares, não perigosos (classe II, NBR ABNT 10.004:2004) gerados no município de GUIDOVAL/MG, em quantitativo estimado de 111 (cento e onze) toneladas por mês, de acordo com a lei federal nº 11.445/2007, Lei 12.304/2010 conforme especificações constantes no anexo I - Termo de referência do presente edital.

PREGÃO PRESENCIAL

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Data: 31/05/2022

Horário: 08:30 horas.

Local:

Prefeitura Municipal de Guido Val/MG
Praça Santo Antônio, nº 71 – Centro – Cep.: 36.515-000
Telefone: (32) 35781241
E-mail: licitacao@guidoval.mg.gov.br
Site: www.guidoval.mg.gov.br

Valor estimado

R\$944,721,00 (Novecentos e quarenta e quatro mil setecentos e vinte e um reais)

Pregoeiro:

NILTON JÚNIOR GONÇALVES VIEIRA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO 58/2022
PREGÃO PRESENCIAL 21/2022**

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final, em aterro sanitário licenciado, dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares, não perigosos (classe II, NBR ABNT 10.004:2004) gerados no município de GUIDOVAL/MG, em quantitativo estimado de 111 (cento e onze) toneladas por mês.

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de GUIDOVAL/MG, através do seu PREGOEIRO, torna público, para o conhecimento de quantos possam interessar que **receberá até as 08:30 horas do dia 31 de Maio de 2022 em sua sede**, na Praça Santo Antônio, s/n, GUIDOVAL - MG, 36515-000, os envelopes com a documentação e propostas dos interessados em participar do **Processo Licitatório número 58/2022** na modalidade “PREGÃO PRESENCIAL”, do tipo menor preço por item, de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

- 1. OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final, em aterro sanitário licenciado, dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares, não perigosos (classe II, NBR ABNT 10.004:2004) gerados no município de GUIDOVAL/MG, em quantitativo estimado de 111 (cento e onze) toneladas por mês.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

Tanto a licitação quanto a execução do objeto estão subordinados à seguinte legislação

- Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002;
- Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1993, subsidiariamente;
- Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006;
- Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014.

Os trabalhos serão conduzidos pela Comissão de Licitação designada pela Portaria nº 125/2021 de 31 de Agosto de 2021.

2. DAS DEFINIÇÕES

2.1 - Adotam-se neste instrumento e em toda a documentação a ele associada às seguintes definições:

I - **MUNICÍPIO, OU ÓRGÃO GESTOR**: Entidade que promove a licitação.

II - **PROPONENTE, LICITANTE OU CONCORRENTE** – Pessoa Física ou Jurídica que se habilite ao processo licitatório, na forma exigida no presente Edital.

III - **PREGOEIRO**– Funcionário designado na forma da Lei, para receber, analisar documentos de habilitação e julgar as propostas apresentadas.

IV - **CONTRATANTE** – Município de GUIDOVAL, signatário do instrumento contratual para execução do objeto

V - **ADMINISTRAÇÃO** – todos os órgãos, entidades ou unidades do MUNICÍPIO.

VIII - **FISCALIZAÇÃO**: Órgão do Município com a incumbência de fiscalizar os serviços contratados.

3. DO PRAZO

3.1 – A contratação será efetivada pelo prazo de 12 (Doze) meses.

3.2 - Havendo conveniência para a administração municipal o prazo contratual pode ser prorrogável nos limites da lei.

4 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Os recursos provenientes para pagamento do presente contrato correrão por conta das dotações do orçamento de 2022.

FICHA 219 0202005002154520026203633903900 FONTE 100



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS

4. DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DA ATUAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO

4.1 - A execução do objeto atenderá a toda a legislação federal, estadual e municipal, sendo que a ausência de previsão destas não elidirá a responsabilidade das partes em cumpri-las;

4.2 - A FISCALIZAÇÃO deverá comunicar quaisquer ocorrências verificadas e/ou denunciadas que frustrem as especificações técnicas estabelecidas pelos órgãos oficiais e as condições estabelecidas no presente Edital;

4.3 - Qualquer entendimento entre a FISCALIZAÇÃO e os contratados será EXPRESSO e não serão consideradas, para qualquer efeito, alegações fundadas em ordens ou declarações verbais.

4.4 - A FISCALIZAÇÃO será exercida no interesse do MUNICÍPIO e não excluirá ou reduzirá a responsabilidade exclusiva do CONTRATADO, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, os quais, se verificadas, não implicarão em responsabilidade do MUNICÍPIO ou de seus prepostos.

5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1 - Poderão participar da presente licitação, instaurada na modalidade de PREGÃO quaisquer interessadas, pessoas jurídicas, que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos para execução do objeto.

5.2 - Não poderão participar do presente certame as licitantes que se enquadrem em qualquer dos seguintes casos:

- a) Hipóteses relacionadas no art. 9º da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- b) Impedidas de licitar ou transacionar com a Administração Pública ou qualquer de suas entidades, direta ou indireta;
- c) Que integre o seu quadro social ou de pessoal, servidor ou dirigente da Administração Direta ou indireta do Município de GUIDOVAL;
- d) Suspensa de licitar ou declarada inidônea pela Administração Pública ou que estejam inadimplentes com a municipalidade licitante;
- e) Que possuam em seu quadro de servidores ou societário, servidores ou membros da COMISSÃO DE LICITAÇÃO do Município;
- f) Não será permitida a participação nesta licitação de consórcios juridicamente formados ou em formação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDO VAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

- g) Que não foi apenada com rescisão de contrato quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- h) Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos;
- i) Declaração expressa de que o proponente tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do edital e seus anexos.

7. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

7.1 – A licitante poderá comparecer ou ser representada por procurador ou pelo sócio que detém poderes de representação à reunião inicial do certame.

7.2 – Para obter o credenciamento, os licitantes, pessoalmente ou através de seus representantes, entregará o Pregoeiro os seguintes documentos:

- a) Termo de credenciamento indicando representante para a sessão inaugural conforme ANEXO 2, ou cópia autenticada da procuração conforme modelo ANEXO indicando representante para atuar em todos os atos do processo licitatório, inclusive na sessão inicial;
- b) Cópia do documento de identidade;
- c) Cópia do CPF;
- d) Declaração de que o licitante cumpre os requisitos de habilitação para participar do certame.

7.3 – Os documentos listados no item anterior não se destinam a comprovar a habilitação do licitante, mas apenas efetuar o seu credenciamento ou o de seu representante para manifestações durante a sessão. Por essa razão não devem constar do envelope documentação.

7.3.1 - Iniciada a Sessão o pregoeiro identificará os representantes presentes e recolherá os documentos para credenciamento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

7.3.2 - Não serão credenciados os representantes que não apresentarem os documentos necessários

7.4 - A procuração será digitada, na forma do ANEXO 3, devendo conferir ao credenciado amplo poder, inclusive para renunciar ao direito de recorrer.

8. DA ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 - A proposta será apresentada em uma única via preferencialmente datilografada ou digitada em linguagem clara, sem rasuras, emendas, entrelinhas ou ressalvas, datada, assinada e rubricada em todas as suas páginas, contendo os respectivos preços em algarismo, em moeda corrente nacional, admitindo-se apenas duas casas decimais conforme o modelo do ANEXO 06 do edital.

8.2 - O prazo de validade da proposta será de 60 dias, sendo desclassificadas as propostas que apresentarem validade inferior.

8.3 - O licitante antes de apresentar seu preço deverá examinar e estudar cuidadosamente todos os documentos da licitação, estar ciente e concordar com todas as cláusulas estabelecidas no edital, inclusive a forma de medição, faturamento e pagamento.

8.4 - Deverão estar inclusas no cálculo do valor a ser proposto toda a despesa com as atividades constantes do projeto básico tais como, mão de obra, salários, inclusive leis sociais e trabalhistas, alimentação, alojamento, materiais, transportes, pedágios, estacionamento, ferramentas, equipamentos, uniformes, EPI, impostos, taxas, seguros obrigatórios ou facultativos, multas ou ainda quaisquer outras despesas necessárias para a completa e total realização do objeto na forma especificada no presente instrumento e no respectivo projeto básico.

8.5 - A CONTRATADA deverá compatibilizar a execução do trabalho com as normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual e federal, conforme o caso. Sendo passível de rescisão contratual o não cumprimento dessas normas.

8.6 - A CONTRATADA deverá atender a todas as normas legais e regulamentares de medicina, higiene e segurança do trabalho, sendo passível de rescisão contratual o não cumprimento dessas normas

8.7 - A proposta deverá ser apresentada em envelope opaco, fechado com cola, para preservação da sua inviolabilidade.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

9. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

9.1 - Para habilitação na presente licitação, as concorrentes deverão apresentar os documentos relacionados no ANEXO 05 deste edital.

9.2 - Os documentos relacionados deverão ser apresentados em cópia autenticada por cartório competente ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência de sua autenticidade por servidor municipal.

9.2.1 - Será admitida cópia da cópia autenticada, desde que apresentada a cópia autenticada.

9.3 - A DOCUMENTAÇÃO deverá ser apresentada em uma única via devidamente autenticada por processo cartorial ou pelo pregoeiro;

9.4 - Os documentos, para serem autenticados pelo pregoeiro e equipe de apoio deverão ser apresentados até a hora da abertura dos envelopes.

9.5 – Para os documentos que não possuem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, estes deverão possuir prazo de emissão não superior a 60 (sessenta) dias até a data da sessão inaugural da licitação, salvo se apresentado juntamente com declaração do órgão emissor ou legislação pertinente, que o mesmo se encontra vigente na data da abertura do envelope com os documentos.

9.6 – Se julgar necessário o pregoeiro poderá fazer diligências sobre os documentos apresentados

9.7 - A documentação referida no item anterior deverá ser apresentada em envelope opaco, fechado com cola, de modo a preservar a sua inviolabilidade,

9.8 – O exame da habilitação somente ocorrerá com as propostas vencedoras da etapa competitiva. Caso a primeira colocada seja inabilitada será examinada a documentação das demais participantes na ordem de classificação.

10. DA PREPARAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES COM A PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

10.1 - A entrega dos envelopes com a proposta e documentação poderá ser efetuada por uma das seguintes formas:

- a) pelo representante legal do licitante;
- b) por procurador munido do respectivo mandado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

10.2 - Se a entrega for efetuada pelo representante legal do licitante, assim considerado aquele que nos atos de constituição da empresa está qualificado como tal, este deverá apresentar o pregoeiro de Licitação, para exame, no ato da entrega, documentos de identidade

10.3 - No caso de procuração, os nomeados deverão apresentar o pregoeiro, a procuração com firma reconhecida em Cartório, que os credencie como representante do proponente, conforme modelo do ANEXO 3. Os outorgados deverão apresentar, também, seus documentos pessoais e os atos de constituição da empresa demonstrando que o outorgante tem poderes para outorgar a procuração.

10.4 - A representação do licitante junto o pregoeiro e em todos os atos do processo licitatório somente poderá ser exercida pelo representante legal, especificado no documento de constituição da empresa ou por procuradores, através de instrumento próprio.

10.5 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma empresa.

10.5.1 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob pena de exclusão sumária das representadas.

10.6 - Na hipótese da entrega dos envelopes por mensageiro ou empresas de transporte de encomendas, o portador da proposta poderá assistir à sessão pública, porém, por lhe faltar qualificação, não poderá se manifestar em nome do licitante.

10.7 - Falhas, irregularidade, ou falta de documentação dos representantes dos licitantes não impedirão a participação destas no certame. No entanto, a pessoa inabilitada como representante, não poderá se manifestar ou praticar atos em nome da licitante durante a sessão, embora esteja garantido o direito de assisti-la.

10.8 – O pregoeiro alerta também, que envelopes com DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTAS entregues por mensageiro ou empresas especializadas, antes da sessão inaugural do certame, somente serão de responsabilidade do Pregoeiro se entregues diretamente a qualquer um de seus membros, ou no protocolo do município.

10.9 - Também não serão aceitas propostas enviadas por telex, Telefax ou qualquer outro meio de comunicação à distância.

10.10 – O Município não se responsabilizará por propostas encaminhadas de forma diversa do estabelecido neste Edital ou por seus extravios antes do seu recebimento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

10.11 - As propostas somente serão recebidas até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste instrumento, ocasião em que terá início a sessão inaugural do certame momento em que o Pregoeiro convocará os interessados a entregarem seus documentos de credenciamento e os envelopes com a Proposta Comercial e Documentos de Habilitação;

10.12 - A Proposta Comercial e os documentos de Habilitação deverão ser entregues ao (à) Pregoeiro (a) até no início da sessão pública inaugural do certame, em envelopes distintos, colados e indevassáveis, sob pena de desqualificação, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

ENVELOPE 01 – PROPOSTA COMERCIAL

Município de GUIDOVAL/MG

Licitante

CNPJ OU CPF

Pregão com procedimento presencial

Processo 58/2022

Pregão presencial 21/2022

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Município de GUIDOVAL/MG

Licitante

CNPJ OU CPF

Pregão com procedimento presencial

Processo: 58/2022

Pregão presencial 21/2022

11 - DA SESSÃO

11.1 - Em sessão pública, na data e hora estabelecidas no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro, após Iniciada a Sessão e antes da abertura dos envelopes, fará o credenciamento dos representantes presentes através da Carta de Credenciamento ou Procuração dos concorrentes, juntamente com os demais documentos exigidos conforme ANEXO.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDO VAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

11.2 - Encerrado a fase de credenciamento o Pregoeiro receberá dos representantes os envelopes com os documentos de PROPOSTA e HABILITAÇÃO que serão devidamente rubricados pelo pregoeiro, equipe de apoio e licitantes presentes.

11.3 – Em seguida iniciará a abertura dos envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, cujos documentos serão analisados e rubricados pelos licitantes presentes, equipe de apoio PREGOEIRO, ficando em seu poder os envelopes documentação.

11.4 - Aberto os envelopes com a PROPOSTA COMERCIAL, o pregoeiro e equipe de apoio passarão a examiná-las verificando se as exigências do edital foram atendidas. As licitantes que confirmarem em sua proposta o compromisso em realizar as atividades especificadas nesse edital e que ofereçam valor igual ou INFERIOR ao MÁXIMO permitido e que cumpram as demais condições do edital serão declaradas classificadas e passarão a etapa seguinte do certame.

11.5 - As propostas que não confirmarem integralmente as exigências do edital ou oferecerem valor SUPERIOR ao MÁXIMO estabelecido, ou, deixarem de cumprir qualquer outra exigência do edital serão desclassificadas não podendo participar da fase competitiva do certame.

11.6 - A licitação será julgada segundo os critérios contidos no presente Edital, sendo considerado vencedor o concorrente classificado e que seja selecionado para a fase de lances, de acordo com os critérios da Lei 10.520, e, ainda, que apresente no final da disputa o LANCE com o MENOR valor por item.

11.7 - Não será levada em consideração qualquer oferta ou vantagem não prevista neste instrumento.

11.8 - Em hipótese alguma, após a entrega das propostas, serão admitidas retificações, cancelamento ou alterações de preços, ou ainda, modificação nas condições estipuladas neste instrumento ou nas propostas dos concorrentes.

11.9 O pregoeiro examinará as propostas apresentadas, desclassificando as que:

- a) Deixarem de apresentar todas as informações solicitadas no presente Edital;
- b) Ofertarem condições técnicas em desacordo com o instrumento convocatório;
- c) Contiverem ressalvas, rasuras, emendas ou entrelinhas;
- d) Forem ilegíveis ou de complexo entendimento;
- e) Contiverem limitações, omissões, alterações, adições ou correções;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

- f) Forem apresentadas sem assinatura do representante legal da licitante ou de seu representante credenciado;
- g) Não contiverem todos os itens previstos no Edital;
- h) Preenchidas a lápis;
- i) Forem consideradas inexecutáveis, por inadequação aos objetivos da licitação;
- j) Apresentarem, depois de concluída a fase de lances, proposta com valor superior ao do critério de aceitabilidade.

11.10 - Cada licitante poderá participar com uma única proposta. Caso um licitante apresente mais de uma proposta, todas elas serão desclassificadas independentemente dos preços ofertados.

11.11 - Simples omissões ou irregularidades, irrelevantes ou facilmente sanáveis, a exclusivo critério do pregoeiro poderão ser relevadas.

11.12 - Serão desclassificadas as propostas, que não constarem preço para bens, as que vincularem sua proposta a outras propostas e, ainda, as que não atenderem às demais exigências deste Edital.

11.13 - Na hipótese de todas as propostas serem desclassificadas, o (a) Pregoeiro (a) dará por encerrado o certame para o item em julgamento declarando-o fracassado.

11.14 - Serão classificadas para a etapa de lances, a proposta de menor valor e aquelas com valores até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço.

11.15 - Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas nessas condições, serão classificadas as propostas das 03 (três) licitantes com os menores valores.

11.16 - Na hipótese do item anterior, para seleção da última proposta para a fase lances, havendo empate entre duas ou mais licitantes, todas as empatadas serão selecionadas.

11.17 - Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes selecionados, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e crescentes.

11.18 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes selecionados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior valor e os demais, em ordem crescente de valor.

11.19 - Na hipótese de propostas iniciais com valores iguais, o Pregoeiro providenciará sorteio para verificar aquele que primeiro efetuará lance.

11.20 - A fase de lances estará encerrada quando o menor lance não for superado por nenhum participante.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

11.21 - Implicam exclusão da fase de lances verbais e manutenção do último preço ofertado, na hipótese da licitante deixar de formular lance quando convidada pelo (a) Pregoeiro (a).

11.22 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas neste Edital e na Lei 10.520/2002.

11.23 - Encerrada a etapa competitiva, o (a) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade da proposta da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

11.24 - Sendo aceitável a proposta da primeira colocada, o(a) Pregoeiro(a) abrirá o envelope contendo seus documentos de habilitação e, constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, será declarada vencedora do certame.

11.25 - Não sendo aceitável a oferta da primeira colocada ou em se constatando o desatendimento de qualquer dos requisitos de classificação das propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e a documentação da licitante imediatamente classificada, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda os termos deste Edital;

11.26 - Caso entenda necessário exame mais detalhado dos lances verbais ou da documentação poderá o pregoeiro a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data, o horário e o local em que será divulgado o resultado do julgamento.

11.27 – O Pregoeiro e a autoridade competente poderão pedir esclarecimentos e promover diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, isso em qualquer fase da licitação e sempre que julgar necessário, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originariamente da proposta.

11.28 - Encerrada o exame da documentação da vencedora o pregoeiro fará a proclamação do vencedor do certame.

11.29 - Proclamada(s) a(s) vencedora(s), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer na forma definida neste edital.

11.30 - Os envelopes nº 01 – Documentação de Habilitação que não forem abertos, a critério do (a) Pregoeiro (a), ou serão devolvidos no final da sessão aos respectivos licitantes, ou permanecerão em poder da entidade promotora da licitação para serem devolvidos aos respectivos proponentes após a assinatura dos instrumentos contratuais pelos adjudicatários.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

11.31 - Encerrada a sessão, o pregoeiro e os concorrentes presentes assinarão a respectiva ata da sessão.

11.32 - Se todas as propostas forem desclassificadas, poderá o Município, conforme o caso e segundo sua conveniência, fixar um prazo de 08 (oito) dias úteis para os mesmos apresentarem novas propostas, nos termos do § 3º, do art. 48, da Lei Federal nº 8666/93 e alterações posteriores.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - A aplicação de penalidades à adjudicatária reger-se-á conforme o estabelecido nos termos do art. 86 e seguintes da Lei n. 8666/93.

12.2 A recusa injustificada do licitante vencedor em apresentar assinar o Termo de Contratação dentro do prazo estabelecido pela Administração, sem motivo justificado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sendo-lhe aplicada, isolada ou cumulativamente:

- a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor a ele adjudicado;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos

12.3 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da realização do certame ou da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 05 (cinco) anos, além da multa especificada na alínea a) do item anterior

12.4 A Licitante que durante a execução do objeto de licitação deixar de cumprir qualquer cláusula do instrumento contratual ou do edital de licitação estará sujeita às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de até 10% (dez por cento do valor adjudicado);
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos.

12.5 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste Edital será precedida de regular processo administrativo, onde será assegurado o contraditório e a ampla defesa.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

13 - DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES DO EDITAL

13.1 - Com antecedência superior a 02 (dois) dias úteis da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer licitante poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

13.2 - Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações ao instrumento convocatório devem ser dirigidas ao Ordenador da Despesa e entregues, em duas vias, na Seção de Licitação a um dos membros da Comissão de Licitação ou ao (à) pregoeiro (a), que dará o respectivo recibo na segunda via do documento.

13.3 - Somente serão considerados pedidos de esclarecimentos e impugnações entregues na via original, não sendo aceito cópias dos documentos, ou, ainda, documentos enviados por fax ou por qualquer outro meio de comunicação à distância.

13.4 - Acolhida à petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização do certame.

13.5 - A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

13.6 - Os pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações do edital, entregues em forma diversa do estabelecido neste Edital, não serão conhecidos.

14 - DOS RECURSOS

14.1 - Dos atos do (a) Pregoeiro (a) cabe recurso, devendo haver manifestação verbal imediata na própria sessão pública, com o devido registro em ata da síntese da motivação da sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias corridos para a apresentação das razões, por meio de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.2 - A ausência de manifestação imediata e motivada pela licitante na sessão pública importará na decadência do direito de recurso, na outorga do objeto do certame à licitante vencedora e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação;

14.3 - Os recursos serão dirigidos ao Ordenador da Despesa, encaminhados através do pregoeiro conforme estabelece o § 4º do art. 109 da Lei 8666/93.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

14.4 - Os recursos deverão ser protocolados no Protocolo da entidade promotora da licitação ou junto ao pregoeiro, mediante recibo, dentro do prazo legal.

14.5 - Os recursos somente serão conhecidos se forem recebidos pela entidade promotora da licitação no prazo estabelecido pela lei. O Recurso apresentado de forma intempestiva não será acatado, sendo negados sem apreciação do mérito.

14.6 - Os recursos entregues em forma diversa do estabelecido neste Edital não serão conhecidos.

14.7 - Somente serão considerados recursos entregues na via original, não sendo aceito cópias dos recursos, ou, ainda, recursos enviados por fax ou por qualquer outro meio de comunicação à distância.

14.8 - Na hipótese de interposição de recurso, o(a) Pregoeiro(a) poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

14.9 - São pressupostos de admissibilidade do recurso:

- a) a legitimidade;
- b) o interesse de recorrer;
- c) a existência de ato administrativo decisório;
- d) a tempestividade
- e) a forma escrita;
- f) a fundamentação;
- g) o pedido de nova decisão.

14.9 - Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora;

15 - DA HOMOLOGAÇÃO

15.1 - Apreciadas as propostas e indicado o vencedor, O pregoeiro elaborará ata circunstanciada, visando à homologação do resultado e autorizando a outorga da permissão de uso.

15.2 - A decisão do pregoeiro será considerada definitiva após a homologação do resultado, o que ocorrerão transcorridos 03 (três) dias úteis após a publicação.

15.3 - Todos os participantes serão avisados do resultado definitivo, mediante afixação de cópia da ata no Quadro de Avisos do Município.

15.4 - O processo licitatório será concluído mediante a assinatura do respectivo contrato.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

15.5 - O licitante vencedor, através de representante devidamente credenciado, deverá assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua convocação, pelo Município. Não o fazendo, será convocado o licitante classificado a seguir (art. 64, § 2º), para que retire o instrumento contratual e o assine no mesmo prazo e condições do primeiro colocado e, assim, sucessivamente, ocorrendo à mesma situação enquanto houver licitante classificado.

16 – DA REMUNERAÇÃO DO CONTRATADO

16.1 - Será pago pela contratante o preço POR ITEM contratado dividido em 12 (Doze) parcelas mensais

16.2 - No preço já estão inclusas todas as despesas relativas aos deslocamentos da empresa contratada até a cidade de GUIDOVAL, incluindo a alimentação, pernoites, impostos e taxas, leis sociais e outros tributos e toda e qualquer despesa necessários a total e completa execução dos serviços.

16.3 - Os pagamentos serão efetuados até 10º dia do mês subsequente ao mês de referência.

16.4 - O contratado deverá manter rigorosamente em dia, toda a documentação exigida para a sua habilitação, renovando-as quando dos seus vencimentos e apresentando-as ao Contratante para fins de atualização dos seus dados, evitando, assim, atraso nos respectivos pagamentos.

16.5 – A Contratante não se responsabiliza pelo atraso no pagamento dos valores em caso de descumprimento por parte da Contratada dos documentos do item 16.4.

16.7- Em qualquer ocasião e sempre que julgar conveniente, o Município poderá exigir a comprovação de adimplência do contratado perante os seus empregados quanto à sua folha de pagamento e registro de cada um deles bem como o pagamento dos encargos sociais aos quais estão obrigadas as empresas contratadas.

17 – DO CONTRATO, DAS ALTERAÇÕES E DA RESCISÃO.

17.1 - Em atendimento à Lei 8.666/93 o vencedor da licitação será convocado para firmar o Contrato conforme modelo ANEXO 07. O Contrato será firmado com o vencedor do certame, que será convocado, no prazo de 05 dias, contados da data da homologação do resultado final. Sob pena de decair do direito à contratação, sujeitando-se, ainda, às penalidades previstas no presente Edital.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

17.1.1 - Na hipótese do licitante vencedor não comparecer para assinar o contrato no prazo estipulado, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, será imediatamente convocado o segundo classificado para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas para o primeiro colocado, nos termos do parágrafo 2º, do art. 64, da Lei 8.666/93.

17.2 - O contrato terá caráter administrativo e será regulado pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

17.3 - A CONTRATANTE é assegurado o direito de modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequá-lo às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado, observando-se o contido nos §§ 1º e 2º, do art. 58 da Lei 8.666/93, e, ainda, fiscalizar a sua execução e aplicar sanções motivadas pela sua inexecução, total ou parcial;

17.4 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento e constituem motivos para a sua rescisão:

- O descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- A lentidão em seu cumprimento que comprove a impossibilidade da prestação adequada dos serviços;
- O atraso injustificado no início da prestação dos serviços;
- A paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à Administração Municipal;
- A subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a sua associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, fusão, cisão ou incorporação não admitida expressamente no Edital e no contrato;
- O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada ao acompanhamento e fiscalização da execução contratual bem como as dos superiores;
- O cometimento reiterado de faltas na execução devidamente anotadas em registro próprio;
- A decretação de falência;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

- A dissolução da sociedade;
- Alteração social ou modificação na sua finalidade ou na estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato;
- Razões de direito público de alta relevância e amplo conhecimento, exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato, devidamente justificada e determinada pela máxima autoridade da esfera administrativa municipal;
- A supressão dos serviços, por parte da Administração, que acarrete modificação no valor inicial do contrato, exceto quanto ao limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- A suspensão expressa por parte da Administração, por período superior a 120 (cento e vinte) dias, exceto em caso de calamidade pública ou por repetidas suspensões que totalizem o mesmo período, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações sucessivas, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- A falta de das condições necessárias à prestação dos serviços contratados, por parte da Administração, nos respectivos prazos;
- A ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado que impeçam a execução do contrato;
- Descumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da CF/88.

17.5 - Os casos que ensejarem a rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa e poderão ocorrer por determinação de ato unilateral e escrito da administração nos casos enumerados nos incisos I, II e III, do art. 79 da LNL, sem prejuízo da aplicação das demais normas contidas na mesma Lei.

17.6 - O não atendimento pelo licitante vencedor ao estabelecido no item anterior, sem justificativa aceita pela PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIDOVAL constituirá motivo suficiente para que seja cancelada a outorga que lhe foi feita.

17.7 - Na hipótese do licitante vencedor não comparecer para assinar o contrato no prazo estipulado, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, será imediatamente convocado o segundo classificado para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

propostas para o primeiro colocado, nos termos do parágrafo 2º, do art. 64, da Lei 8.666/93.

17.8 - Para assinatura do contrato, o licitante convocado deverá adotar os seguintes procedimentos:

- a) Encaminhar representante munido de documento que lhe atribua poderes para firmar o contrato em nome do licitante;
- b) Rubricar e assinar os documentos que fizerem parte integrante do contrato, no ato de sua assinatura.

18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação da proposta ou inabilitação do licitante ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

18.2 - A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante, ainda, será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

18.3 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

18.4 - Na análise da documentação e no julgamento das propostas de preço, O Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

18.5 - Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

18.6 – O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conformedisposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal 8.666/93.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

18.7 - Se houver solicitação de documentos, estes poderão ser enviados, no momento da sessão, via fac-símile, e, posteriormente, deverão ser enviados ao pregoeiro em até 48(quarenta e oito) horas, em original ou em cópia autenticada por cartório, sendopossível, ainda, a autenticação da cópia do original pelo pregoeiro ou Equipe de Apoio.

18.8 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

18.9 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

18.10 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Prefeitura revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação, sem que isso acarrete multa para Administração.

18.11 - A Prefeitura poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

18.12 - Os recursos e impugnações deverão obrigatoriamente ser protocolados junto ao setor de licitações ou encaminhados via Correios (SEDEX).

18.13 - As Empresas e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório via internet se obrigam a acompanhar as publicações referentes ao processo na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, com vista a possíveis alterações e avisos.

18.14 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o Edital poderão ser feitos pelo tel: (32) 3253 – 1235/1117.

18.15 - O MUNICÍPIO poderá, em qualquer fase do processo, revogar ou alterar a presente licitação no todo ou em parte, mediante justificativa fundamentada. Deverá declarar, de ofício ou por provocação de terceiros, sua nulidade, se constatada a existência de ilegalidade, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, art. 49 e respectivos parágrafos.

18.16 - O Município poderá, a qualquer tempo, por razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, revogar esta licitação, de forma justificada, conforme disposto na legislação vigente.

18.17 - Qualquer interessado poderá obter o presente Edital mediante solicitação junto ao pregoeiro, no endereço contido no preâmbulo deste Edital.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

18.18 - O ato de entrega dos envelopes pressupõe o prévio e pleno conhecimento e a aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital, bem como sobre a real situação dos bens objeto desta licitação, não podendo qualquer proponente alegar o desconhecimento para justificar os atos praticados em desacordo com estas condições.

18.19 - Os casos omissos serão examinados e decididos na forma da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

19 - DO FORO

19.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Ubá/MG, Estado de Minas Gerais, para dirimir e resolver quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste edital e, desde já, renunciaram a outros por mais privilegiados que sejam.

20 – DOS ANEXOS DO EDITAL

Fazem parte integrante do presente Edital, independentemente de transcrição os seguintes anexos:

| ANEXO | ASSUNTO |
|-------|---|
| 1 | PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA |
| 2 | TERMO DE CREDENCIAMENTO |
| 3 | PROCURAÇÃO |
| 4 | DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVA PARA HABILITAÇÃO |
| 5 | DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO |
| 6 | MODELO DE PROPOSTA |
| 7 | MINUTA DO CONTRATO |
| 8 | DECLARAÇÃO DE ME |
| 9 | DECLARAÇÃO DE NÃO USO DE SUBCONTRATAÇÃO/TERCEIRIZAÇÃO DE MÁQUINAS E/OU SERVIÇOS |

GUIDOVAL, 06 de maio de 2022



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

1 – OBJETO:

O objeto do presente termo de referência é a contratação de empresa para a prestação dos serviços de coleta, transbordo, transporte, tratamento e disposição final em aterro sanitário licenciado, dos resíduos sólidos urbanos de características domiciliares, gerados no Município de Guido Val/MG.

Os resíduos de que tratam o objeto deste edital classificam-se como Classe II (não perigosos), nos termos da NBR ABNT 10.004:2004.

Exige-se da contratada o controle tecnológico e a manutenção deste aterro sanitário devidamente licenciado, com a observância de todas as normas aplicáveis à espécie – notadamente ambientais – estando a mesma apta a resultar no recebimento, pelo Município, de sua parcela concernente ao ICMS Ecológico.

Estima-se a quantidade de resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares gerados pelo Município de Guido Val/MG, em 111 (cento e onze) toneladas por mês. Esta estimativa foi elaborada com base em informações do estudo do IBRAOP, PROC-IBR-RSU 001/2017- Análise do Quantitativo de Resíduos Sólidos Domiciliares.

De acordo com o IBRAOP, no caso de não haver série histórica ou quando a mesma for inconsistente, deverá considerar uma taxa de geração per capita de fontes referenciadas como, por exemplo, a do IBGE, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000, conforme tabela indicada a seguir:

População (habitantes) Índice (kg/hab/dia) Até 200.000 0,45 a 0,70 kg dia. Acima de 200.000 0,80 a 1,2 kg dia. Sabemos que a produção de lixo vem aumentando cada vez mais no Brasil.

Guido Val é um município pequeno, com uma população total estimada pelo IBGE em 7.490 habitantes sendo aproximadamente 5.304 na área urbana. Se utilizarmos a produção média de 0,70 kg por habitante da zona urbana, teremos a média de produção de lixo em torno de **111.384 kg mês, quantidade esta arredonda para 111 toneladas mês.**

A contratação será pelo período de 12 (doze) meses.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

Caberá à empresa contratada coletar os resíduos objeto deste edital de segunda-feira a sábado, em divisão igualitária que permita a coleta nas ruas da região Central por todos estes dias, e nas ruas de cada bairro em número que atenda as demandas passadas pela Prefeitura, sendo no mínimo 2 vezes por semana, com preferência para intervalos que não sejam superiores a 48 horas.

A coleta será realizada por meio de caminhão com implemento compactador de lixo, devendo este veículo possuir, também, sistema de descarga automática e coletor/retentor de chorume, e estar em perfeito estado de conservação e funcionamento a fim de não comprometer a execução deste serviço bem como evitar que se coloque em risco os empregados da Contratada, terceiros e os patrimônios público e particular.

A empresa contratada deverá fornecer, além de caminhão compactador para a realização da coleta de resíduos, combustível e demais insumos necessários, o respectivo motorista bem como coletores em número suficiente para a correta e perfeita execução do serviço.

Será empregado na coleta dos resíduos objeto deste edital 01 (um) veículo compactador, ficando um segundo veículo a título de reserva técnica, de mesmas características e no mínimo nas mesmas condições de conservação e funcionamento, à disposição com o objetivo de imediata substituição quando do seu não funcionamento seja por qual motivo for objetivando-se assim evitar qualquer prejuízo na prestação dos serviços objeto deste edital, não sendo admitida em nenhuma hipótese a paralização do serviço de coleta domiciliar.

Os resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares coletados no Município de Guidoival/MG serão temporariamente acondicionados em local denominado estação de transbordo, cuja operação e manutenção e monitoramento será de responsabilidade da empresa contratada, que possui como objetivo a transferência destes resíduos inicialmente acondicionados em caminhões compactadores, para recipientes que serão transportados por rodovia por caminhões de grande capacidade até o aterro sanitário da contratada. Esta transferência ocorrerá por intermédio de contêiner disponibilizado pela contratada na citada estação de transbordo, em número suficiente para que se evite o acúmulo de resíduos neste local.

Esta Estação de Transbordo deve estar devidamente licenciada junto ao órgão ambiental fiscalizador do Estado de Minas Gerais.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

Os caminhões responsáveis pelo transporte rodoviário da estação de transbordo até aterro sanitário deverão possuir capacidade para transporte de até 02 contêineres simultaneamente, possuindo implemento Roll on / Roll off para carregar e descarregá-los, estando em perfeito estado de conservação e funcionamento, possuindo no máximo 06 (seis) anos de idade a ser verificada na data da sessão de recebimento e abertura dos envelopes, objetivando-se, com isto, a segurança dos envolvidos e terceiros na correta prestação deste serviço.

O objeto deste pregão não abrange qualquer resíduo proveniente da construção civil, serviços de saúde, podas, capinas ou aqueles considerados perigosos pelas normas vigentes.

Segue abaixo a especificação detalhada do objeto e seus quantitativos.

| ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO | | | | | |
|--------------------------------|---|--------------|---------------------|-----------------------------|--------------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | QTDE. MENSAL | VALOR UNITÁRIO (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
| 01 | Coleta “porta a porta” com caminhão compactador, dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares, não perigosos (Classe II, NBR ABNT 10.004:2004) gerados pelo Município de Guidoival/MG. | Ton. | 111 | R\$373,50 | R\$41.458,50 |
| 02 | Transporte rodoviário por meio de caminhão bi-trem roll on / roll off, dos resíduos sólidos urbanos domiciliares, incluindo operação, manutenção e monitoramento de estação de transbordo licenciada, iniciando na sede do município até o local de tratamento e de disposição final em aterro sanitário. | Ton. | 111 | R\$154,00 | R\$17.094,00 |
| | Tratamento e disposição final em aterrosanitário licenciado, dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares, não perigosos (Classe II, NBR ABNT 10.004:2004) gerados na zona urbana do município de Guidoival Município de Guidoival/MG. | Ton. | 111 | R\$363,50 | R\$20.174,25 |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

2 – JUSTIFICATIVAS:

CONSIDERANDO a geração de resíduos pelas diversas atividades humanas constitui-se, atualmente, em um grande desafio a ser enfrentado pelas administrações municipais.

CONSIDERANDO que a limpeza urbana, o manejo e a destinação final dos resíduos sólidos urbanos públicos e domiciliares devem ser realizados de forma adequada visando sempre a saúde pública e a proteção do meio ambiente;

CONSIDERANDO que o Município de Guidoival/MG não possui meios (veículos, equipamentos, mão de obra especializada e locais/instalações) para a execução satisfatória dos serviços de coleta, transbordo, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequados dos resíduos sólidos gerados em seus limites;

CONSIDERANDO que o serviço de coleta e a destinação final dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares se constitui serviço público de natureza essencial e contínua, de relevância reconhecida e, inclusive, tratado com especial atenção pela Lei n.º 11.445/07 (Lei do Saneamento Básico) e Lei n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), entre outros diplomas legais;

É dever da Administração Pública oferecer à população um serviço adequado, eficiente, seguro e contínuo no que tange ao tratamento e destinação final do “lixo” gerado por seus munícipes, motivo pelo qual justifica-se a realização do presente certame para a contratação de empresa objetivando a execução destes serviços.

O processo de licitação a ser instaurado contempla a alternativa amplamente utilizada, de destinação final dos resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário com a devida licença ambiental de operação válida e vigente com o intuito de, também, fazer com o Município receba sua parcela do ICMS Ecológico.

3 – DEFINIÇÕES:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

Para efeito deste Termo de Referência são adotadas as seguintes definições, com fundamento na ABNT NBR 10.004/2004 (Classificação dos resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que possam ser gerenciados adequadamente), na ABNT NBR 12.980/1993 (Definição dos termos relativos à coleta, varrição e acondicionamento de resíduos sólidos urbanos) e demais normas correlatas aplicáveis:

Resíduo domiciliar: São os resíduos sólidos classificados como Classe II (não perigosos) de acordo com a ABNT NBR 10.004/2004, neles incluindo-se o lixo residencial ou doméstico, geralmente constituído na sua maioria de resíduos inaproveitáveis resultantes do preparo de refeições, sobras de alimentos e invólucros (plásticos e papéis), bem como demais resíduos inerentes às atividades domésticas;

Resíduo comercial: São os resíduos sólidos classificados como Classe II (não perigosos) pela norma ABNT NBR 10.004/2004, originários de estabelecimentos comerciais como lojas em geral, lanchonetes, restaurantes, estabelecimentos bancários, escritórios, hotéis e outros, constituindo-se de restos de refeições e resíduos decorrentes de seu preparo, embalagens diversas (plásticos e papéis), bem como demais resíduos inerentes às atividades comerciais.

Coleta ou coleta de resíduos sólidos: Ato de recolher e transportar resíduos sólidos de qualquer natureza, utilizando veículos e equipamentos apropriados para tal fim.

Coleta domiciliar: Coleta regular dos resíduos domiciliares, formados por resíduos gerados em residências, estabelecimentos comerciais, públicos e de prestação de serviços, cujos volumes e características sejam compatíveis com a legislação municipal vigente.

Coleta manual: É aquela em que os resíduos sólidos são postos pelos munícipes nos pontos de oferta visando coleta manual pelos agentes de limpeza, através dos caminhões compactadores;

Coleta porta-a-porta: É a modalidade de coleta onde os veículos coletores compactadores removem os resíduos sólidos postos à disposição pelos munícipes no ponto de oferta da fonte geradora;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

Acondicionamento: É a colocação dos resíduos no interior de recipientes apropriados e estanques, em regulares condições de higiene, visando sua coleta;

Estação de transbordo: Com finalidade de pátio logístico e somente utilizada para transferir os resíduos que são coletados por caminhões compactadores para os caminhões que os transportam por rodovia até o destino final, onde se atribui o tratamento ambientalmente correto em Unidade de Disposição Final.

Transporte: É a transferência física dos resíduos sólidos coletados até a Unidade de Disposição Final, mediante o uso de veículos e equipamentos apropriados.

Unidade de Disposição/Destinação Final: A unidade de destinação final dos resíduos sólidos urbanos será aterro sanitário, que deverá ser licenciada para destinação final dos resíduos sólidos urbanos gerados no Município de Guido Val/MG.

3 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O prazo de vigência da contratação pretendida é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses, na forma prevista no art. 57, II da Lei 8.666/73.

4 – ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS:

Caberá à empresa contratada coletar os resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares gerados no Município de Guido Val/MG de segunda-feira a sábado, em divisão igualitária que permita a coleta nas ruas da região Central por todos estes dias, e nas ruas de cada bairro por três vezes na semana.

As coletas a se realizarem diariamente nas ruas da região central deverão ocorrer com intervalo máximo entre elas de 24 (vinte e quatro) horas, e as coletas nos bairros deverão ocorrer em intervalos de no máximo 48 (quarenta e oito) horas, não se incluindo o domingo na contagem destes intervalos.

As ruas em que o caminhão da contratada não puder acessar, será percorrida por seus coletores que irão reunir os resíduos previamente e devidamente acondicionados em sacos ou sacolas apropriadas, em ponto que permita sua retirada pelo referido veículo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

A empresa contratada disponibilizará base administrativa assim como telefone de contato para que a Administração Pública, bem como os munícipes, possa buscar esclarecimentos de qualquer dúvida ou solicitar a resolução de qualquer problema.

A contratada deverá disponibilizar um carro de apoio com um empregado e telefone celular, que será o responsável pela ordenação, execução e fiscalização dos serviços de coleta e transbordo, a quem serão dirigidos os eventuais problemas verificados.

A Contratada será a única responsável pelos serviços objeto deste termo, estando o Município de Guidoal/MG isento de qualquer responsabilidade sobre os mesmos.

A Contratada será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista, comercial e tributária, bem como pelos eventuais acidentes, danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Município, ao meio ambiente e/ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados, respondendo por si e por seus sucessores.

Para a execução dos serviços a empresa contratada deverá dispor de, no mínimo:

- 02 (dois) caminhões com implemento do tipo compactador de lixo com capacidade volumétrica mínima de 12 m³, sistema de descarga automática e coletor/retentor de chorume – sendo um deles para substituição em caso de eventualidade que impossibilite o uso do outro (reserva técnica) – destinados à coleta dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares gerados pelo Município de Guidoal/MG, apresentando data de fabricação de no máximo 06 (seis) anos contados até a data da sessão deste certame para abertura dos envelopes;
- 02 (dois) caminhões com implemento do tipo ROLL ON / ROLL OFF – sendo um deles para substituição em caso de eventualidade que impossibilite o uso do outro (reserva técnica) – destinados ao serviço de transporte rodoviário de resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares, apresentando data de fabricação de no máximo 06 (seis) anos contados até a data da sessão deste certame para abertura dos envelopes, podendo cada um transportar até 02 (dois) contêineres ao mesmo tempo;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDO VAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

A marca, o modelo, e outras características dos veículos propostos para a realização dos serviços ficam a critério da empresa contratada, desde que observadas às exigências e condições expressas neste certame.

Os veículos deverão ser mantidos em perfeitas condições de operação, ressaltando-se:

- Perfeito funcionamento do velocímetro e hodômetro;
- Perfeito estado de conservação da pintura;
- Limpeza geral do veículo e equipamento, constituindo obrigação contratual a lavagem e desinfecção da caçamba compactadora ou carroceria, com produtos específicos para este fim;
- Deverão atender ao disposto na legislação específica;
- Respeitar os limites estabelecidos em lei para fontes sonoras e emissão de poluentes;
- Trazer além das placas regulamentares, as indicações necessárias ao reconhecimento da empresa contratada;
- Deverão estar nas regulares condições de tráfego, de acordo com a legislação vigente;

Os roteiros de coleta bem como horários de início e término, ficam a cargo da empresa contratada, em comum acordo com o Município, podendo os mesmos ser alterados por aquela conforme demanda, para melhor atendimento aos munícipes, melhor logística da execução do serviço ou preservação do meio ambiente.

Inicialmente, fica definido que a coleta deverá iniciar-se às 13:00 horas de segunda a sexta-feira, e às 10:00 horas aos sábados, por estes serem os horários empregados atualmente, mantendo-se a rotina dos munícipes.

Caberá à contratada apresentar, nos locais e horários de trabalho, seus funcionários devidamente uniformizados e asseados, com camisa fechada, calça, calçado e demais equipamentos de segurança e proteção



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDO VAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

individual exigidos, como luvas, capas protetoras em dias de chuva, coletes refletores, entre outros específicos quando necessários.

A empresa vencedora deverá prestar os serviços de acordo com as definições e critérios da Lei n.º 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), Lei n.º 11.445/07 (Estabelece Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico), ANBT NBR 10.004/2004 (Estabelece a Classificação dos Resíduos Sólidos), ABNT NBR 13.221/03 (Transporte de Resíduos), ABNT NBR 13.463/95 (Coleta de Resíduos Sólidos – Classificação) e ABNT NBR 12.980/93 (Coleta, varrição e acondicionamento de Resíduos Sólidos Urbanos).

O valor do faturamento dos serviços de coleta, transbordo, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos levará em consideração o quantitativo de até 111 (cento e onze) toneladas por mês, buscando o Poder Público o menor preço mensal para o serviço, pelo período de 12 (doze) meses.

5 – DA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS E DO PAGAMENTO:

Os trabalhos serão desenvolvidos durante a vigência do contrato com recebimento do pagamento em valor fixo, mensal.

A empresa contratada receberá pelos serviços prestados os valores obtidos do resultado do procedimento licitatório, emitindo nota fiscal, cabendo ao Município o pagamento em até 10 (dez) dias úteis do mês subsequente ao mês da prestação dos serviços.

6 – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIDO VAL/MG:

Efetuar pagamento à Empresa contratada no prazo e forma estipulados, mediante a apresentação da nota fiscal do serviço, de conformidade com as autorizações expedidas pelo Executivo Municipal.

Fiscalizar a correta execução do contrato, por intermédio de funcionário a ser designado para este fim.

Solicitar formalmente qualquer alteração no roteiro e horários de realização da coleta.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão por conta das dotações orçamentárias específicas para o pagamento das despesas, de acordo com o ano corrente.

7 – DA FISCALIZAÇÃO:

O objeto desta contratação será acompanhado pelo Município Contratante por meio de fiscalização, a ser realizada por servidor formalmente designado para tanto, que acompanhará os trabalhos da contratada visando verificar o atendimento integral às exigências contratuais e determinará o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos.

À fiscalização ficam reservados o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente termo e, em tudo o mais referente à prestação dos serviços.

A contratada submeter-se-á a todos os métodos de inspeção, verificação e controle adotados, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias para execução dos serviços.

A existência e atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada em relação à Contratante e a terceiros.

8– JUSTIFICATIVA DO PROCEDIMENTO:

O presente processo licitatório está sendo realizado para ampla participação, tendo em vista que não existem um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme art.49, II, da Lei Complementar n.º 123/2006.

Guidoval, 11 de abril de 2022.

Nilton Júnior Gonçalves Vieira
Pregoeiro



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

Marciel Lopes Canhato
Secretário Municipal Obras e Serviços Públicos Urbanos

ANEXO 02

TERMO DE CREDENCIAMENTO

_____, inscrito no CPF sob N° _____,
residente na Rua/Av. _____, N° _____.
Bairro _____, CEP N° _____ legalmente representada pelo(a)
Sr.(a) _____ (citar o cargo), _____ CREDENCIA o(a)

Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade N°: _____,
CPF N°: _____, para representá-lo perante o pregoeiro do Município de
GUIDOVAL, no Processo Licitatório N°: 58/20222, podendo manifestar-se, efetuar lances
interpor e desistir de recursos em todas as fases desta Licitação, rubricar propostas e
assinar atas.

(Local, Data)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

ANEXO 3

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA HABILITAÇÃO

PROCESSO N.º 58/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2022

DECLARAÇÃO

_____, CPFJ n.º _____
(Nome)

RESIDENTE a _____
(Endereço Completo)

declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de 2022.

(Nome completo do declarante
representante legal do licitante)

(N.º da CI do declarante)

(Assinatura do declarante)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

ANEXO 4

DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO – (ENVELOPE N.º 02):

1.1 – O envelope n.º 02, denominado HABILITAÇÃO, deverá conter obrigatoriamente, sob pena de inabilitação da proponente, a documentação abaixo detalhada:

1.2 – Documentação relativa à habilitação jurídica:

1.2.1 – Registro Comercial, no caso de empresa individual;

1.2.2 – Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações subsequentes, ou última alteração com a respectiva consolidação, devidamente registrados em se tratando de Sociedade Comerciais, e no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

1.2.3 – Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedade Cíveis, acompanhado de prova da composição da Diretoria em exercício;

1.2.4 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

1.2.5 – Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (catorze) anos;

1.3 – Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista da Licitante.

1.3.1 – Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica (CNPJ);

1.3.2 – Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.3.3 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

1.3.4 – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

1.3.5 – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

1.3.6 – Certidão de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) emitida pela Caixa Econômica Federal (CEF);

1.3.7 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pela Justiça do Trabalho (Lei Federal n.º 12.440/11).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDO VAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

1.4 – Documentos relativos à qualificação técnica:

1.4.1 – Prova de Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da circunscrição da sede da empresa licitante, bem como de seu responsável técnico, registro este vigente e sem qualquer impedimento;

1.4.2 – Relação detalhada dos veículos automotores necessários à execução do objeto da contratação, que deverá ser feita em papel timbrado da empresa licitante e assinada por seu representante legal, constando no mínimo o modelo, a capacidade e o ano de fabricação, devendo estes veículos serem:

1.4.2.1 – 02 (dois) caminhões com implemento do tipo compactador de lixo com capacidade volumétrica mínima de 12 m³ (doze metros cúbicos), sistema de descarga automática e coletor/retentor de chorume – sendo um deles para substituição em caso de eventualidade que impossibilite o uso do outro (reserva técnica) – destinados à coleta dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares gerados pelo Município de Guido Val/MG, apresentando data de fabricação de no máximo 06 (seis) anos contados até a data da sessão deste certame para abertura dos envelopes;

1.4.2.2 – 02 (dois) caminhões com implemento do tipo ROLL ON / ROLL OFF – sendo um deles para substituição em caso de eventualidade que impossibilite o uso do outro (reserva técnica) – destinados ao serviço de transporte rodoviário de resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares, apresentando data de fabricação de no máximo 06 (seis) anos contados até a data da sessão deste certame para abertura dos envelopes;

1.4.3 – Comprovar a disponibilidade dos veículos detalhados no item anterior apresentando:

1.4.3.1 – Cópias autenticadas por qualquer meio legal inclusive eletrônico, dos respectivos Certificados de Registro e Licenciamento Veicular, indicando serem estes de propriedade da empresa licitante; ou

1.4.3.2 – Não sendo a empresa proponente proprietária destes veículos, apresentar cópias autenticadas por qualquer meio legal inclusive eletrônico, dos respectivos Certificados de Registro e Licenciamento Veicular acompanhado de contrato de locação firmado com o proprietário destes veículos. Referido contrato deverá apresentar firma reconhecida dos contratantes e possuir prazo de duração mínima igual ao período de vigência da contratação prevista neste certame, contados da data da sessão para abertura dos envelopes; ou

1.4.3.3 – Declaração assinada pelo representante legal da empresa licitante de que se compromete a firmar o contrato de locação destes veículos, declaração esta que deverá apresentar firma reconhecida e vir acompanhada de cópias autenticadas por qualquer meio legal inclusive eletrônicos, dos Certificados de Registro e Licenciamento Veicular, e declaração de anuência firmada pelo(a) proprietário(a) destes veículos,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

também com firma reconhecida, em que o proprietário autoriza a empresa licitante, caso vencedora do presente certame, a utilizar os caminhões de sua propriedade para o transporte dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares gerados pelo Município de Guidoal/MG até unidade de destinação final, por todo o período de vigência contratual contados da data da sessão para abertura dos envelopes.

1.4.3.3 – Os Certificados de Registro e Licenciamento Veicular exigidos nos subitens anteriores podem ser apresentados em cópia autenticada por qualquer meio inclusive eletrônico, do modelo tradicional, ou podem ser apresentados o Certificado de Registro e Licenciamento Veicular Eletrônico (CRLV-e), neste último caso sendo dispensada qualquer autenticação, reservando-se o direito do Pregoeiro(a) e sua equipe de apoio de aferirem sua validade pela rede mundial de computadores (internet).

1.4.4 – Comprovação de aptidão técnica-profissional e técnica-operacional para o desempenho da atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, a ser comprovada mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) fornecida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e seu respectivo atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), para atender ao objeto licitado, na forma prevista no inciso II e §1º do artigo 30 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, comprovando a coleta, o transbordo, o transporte, o tratamento e a destinação final de resíduos sólidos urbanos de, no mínimo, 50 (cinquenta) toneladas por mês;

1.4.4.1 – A Certidão de Acervo Técnico (CAT) referenciada deve estar, obrigatoriamente, em nome de profissional de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, que tenha vínculo profissional formal com a empresa licitante na data prevista para entrega dos envelopes proposta de preço e habilitação, o que será comprovado por documentação pertinente adiante detalhada.

1.4.4.2 – Na Certidão de Acervo Técnico (CAT) e seu respectivo atestado deverá constar, obrigatoriamente, o nome do mesmo profissional, não sendo aceitos referidos documentos com nomes distintos;

1.4.4.3 – Não serão aceitos Certidões e ou atestados de supervisão, fiscalização ou subcontratação de serviços;

1.4.4.4 – Não será admitida a apresentação de atestado emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico de que participe a licitante;

1.4.5 – A comprovação de que o responsável técnico pertence ao quadro permanente da empresa licitante deverá ser feita através da apresentação:

1.4.5.1 – Cópias autenticadas da Carteira de Trabalho e do Livro ou Ficha de Registro de Empregados, este livro ou ficha devendo estar registrado junto à Delegacia Regional do Trabalho, na forma da Lei; ou



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDO VAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

1.4.5.2 – Contrato de Prestação de Serviços devidamente registrado em Cartório de Títulos e Documentos e com firma reconhecida das partes contratantes; ou

1.4.5.3 – Contrato Social devidamente registrado na junta comercial, quando se tratar de responsável técnico sócio da empresa proponente.

1.4.6 – Licença ambiental válida e vigente, em nome da proponente, do aterrosanitário onde serão destinados os resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares gerados pelo Município de Guido Val/MG, expedida pelo órgão ambiental competente, não sendo aceita autorização provisória, documento ou guia de protocolo ou termo de ajustamento de conduta de compromisso de licenciamento;

1.4.7 – Certidão de Regularidade (CF) no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);

1.4.8 – Em caso de a proponente não possuir aterro sanitário próprio, mas possuir vínculo com alguma unidade de destinação final que empregue a tecnologia de aterro sanitário, deverá apresentar:

1.4.8.1 – Licença ambiental válida e vigente desta unidade de destino final (aterro sanitário), expedida por órgão ambiental competente, não sendo aceita autorização provisória, documento ou guia de protocolo ou termo de ajustamento de conduta de compromisso de licenciamento; e

1.4.8.2 – Contrato celebrado entre a proponente e esta unidade de destino final (aterro sanitário), registrado em Cartório de Títulos e Documentos e com firma reconhecida de ambos os contratantes, onde conste, de forma expressa, que esta unidade de destinação final aceita receber os resíduos objeto deste edital, na quantidade estimada de 150 cento e cinquenta toneladas por mês, pelo período de vigência do contrato que se pretende celebrar com este Município; ou

1.4.8.3 – Declaração de Anuência do responsável legal desta unidade de destino final (aterro sanitário), com firma reconhecida, onde conste, expressamente, a afirmação de que receberá os resíduos objeto deste edital, estimados em 150 cento e cinquenta toneladas por mês, pelo prazo de duração do contrato administrativo firmado com a empresa contratada.

1.4.10 – No caso de se verificar a hipótese prevista na cláusula 1.4.8, deverá ser apresentado, pela licitante, o seguinte documento concernente ao aterro sanitário contratado:

1.4.10.1 – Certidão de Regularidade (CF) no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);

1.5 – Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDO VAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

1.5.1 – Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo cartório do distribuidor da sede da empresa, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias contados da data designada para julgamento dos documentos de habilitação desta licitação;

1.5.2 – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta o qual deverá apresentar Índice de Liquidez Geral (ILG), Índice de Liquidez Corrente (ILC) e Solvência Geral (SG) igual ou maior do que 01,00 (um), calculados pelo licitante e confirmados pelo responsável da contabilidade mediante assinatura de ambos e a indicação de nome e número de registro do responsável pela contabilidade no Conselho Regional de Contabilidade, através das seguintes fórmulas:

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{ATIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO-CIRCULANTE}} \geq 1$$

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} > 1$$

$$\text{SG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO-CIRCULANTE}} > 1$$

1.5.3 – Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômica financeira por meio de balancetes mensais, conforme o disposto na Lei Federal n.º 8.541/92.

1.5.4 – Será considerada inabilitada a empresa que não obtiver índice de liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral iguais ou superiores a 01,00 (um).

1.5.5 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, que desejarem fazer uso da prerrogativa constante da LC 123 em seu art. 43, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, comprovando esta condição mediante declaração que esteja assim está amparado.

1.5.6 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

1.5.7 – A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.636, de 21 de junho de 1993.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

ANEXO 05

MODELO DA PROPOSTA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final, em aterro sanitário licenciado, dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares, não perigosos (classe II, NBR ABNT 10.004:2004) gerados no município de GUIDOVAL/MG, em quantitativo estimado de 111 (cento e onze) toneladas por mês.

PRAZO DA CONTRATAÇÃO: 12 (DOZE) MESES

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

CIDADE:

TEL.:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

Nº:

BAIRRO:

UF:

CEP:

E-MAIL:

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | QTDE. MENSAL | VALOR UNITÁRIO (R\$) | VALOR TOTAL(R\$) |
|------|---|-------|--------------|----------------------|------------------|
| 01 | Coleta "porta a porta" com caminhão compactador, dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares, não perigosos (Classe II, NBR ABNT 10.004:2004) gerados pelo Município de Guido Val/MG. | Ton. | 111 | | |
| 02 | Transporte rodoviário por meio de caminhão bi-trem roll on / roll off, dos resíduos sólidos urbanos domiciliares, incluindo operação, manutenção e monitoramento de estação de transbordo licenciada, iniciando na sede do município até o local de tratamento e de disposição final em aterro sanitário. | Ton. | 111 | | |
| | Tratamento e disposição final em aterro sanitário licenciado, dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares, não perigosos (Classe II, NBR ABNT 10.004:2004) gerados na zona urbana do município de Guido Val | Ton. | 111 | | |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS**

CNPJ: 18.128.215/0001-58

| | | | | | |
|--|--------------------------|--|--|--|--|
| | Município de Guidoal/MG. | | | | |
|--|--------------------------|--|--|--|--|

Declaro que no preço proposto no presente documento estão inclusas todas as despesas necessárias a execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais e demais custos diretos.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Local e data.

NOME DA EMPRESA – CNPJ
REPRESENTANTE LEGAL – CPF
CARIMBO DO CNPJ



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

ANEXO 07

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº /2022

Termo de Contrato para Prestação dos Serviços de Coleta, transporte e Destinação Final Adequada dos Resíduos Sólidos Domiciliares Urbanos com Características Domiciliares (Exceto Podas, Terras E Entulhos), que celebram a Prefeitura Municipal de GUIDOVAL e a Empresa_____.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e _____, a Prefeitura Municipal de GUIDOVAL, com sede nesta cidade, na Praça Santo Antônio, s/n, Centro, GUIDOVAL - MG, 36450-000, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, representada neste ato pelo Exma. Sra. _____ e a empresa _____ pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de _____ na Rua _____ Nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, representada neste ato pelo seu representante legal o Sr. _____, brasileiro, portador do CPF Nº _____ e Carteira de Identidade Nº _____, de conformidade com o Edital de Pregão nº. 21/2022 e de acordo com as disposições contidas na leis Federais 10.520/2001 8.666/93 e alterações posteriores , 12.305/10 e, celebram este Termo de Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato celebrado entre as partes acima qualificadas e firmado por seus representantes legalmente capazes, tem embasamento legal nas disposições contidas no Edital de Pregão nº 21/2022 do Processo 58/2022 e nas leis acima enunciadas e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1 - Constitui objeto a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final, em aterro sanitário licenciado, dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares, não perigosos (classe II, NBR ABNT 10.004:2004) gerados no município de GUIDOVAL/MG, em quantitativos estimados na forma a seguir:

:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | QTDE. MENSAL | VALOR UNITÁRIO(R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|------|---|-------|-----------------|------------------------|-------------------------|
| 01 | Coleta "porta a porta" com caminhão compactador, dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares, não perigosos (Classe II, NBR ABNT 10.004:2004) gerados pelo Município de Guidoival/MG. | Ton. | 111 | | |
| 02 | Transporte rodoviário por meio de caminhão bi-trem roll on / roll off, dos resíduos sólidos urbanos domiciliares, incluindo operação, manutenção e monitoramento de estação de transbordo licenciada, iniciando na sede do município até o local de tratamento e de disposição final em aterro sanitário. | Ton. | 111 | | |
| | Tratamento e disposição final em aterro sanitário licenciado, dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares, não perigosos (Classe II, NBR ABNT 10.004:2004) gerados na zona urbana do município de Guidoival Município de Guidoival/MG. | Ton | 111 | | |

1.2 A execução do objeto descrito tem por justificativa a responsabilidade do poder executivo em fazer a coleta e a destinação final de resíduos sólidos domiciliares, em conformidade com a Lei Federal 12.305/2010, com características domiciliares e públicos, buscando a preservação do meio ambiente e da saúde pública no âmbito do Município de GUIDOVAL.

1.4 Fica vedada a subcontratação/sublocação em todo ou em partes dos serviços objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 – A execução dos serviços se dará por item contratado.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Os recursos provenientes para pagamento do presente contrato correrão opor contadas dotações do orçamento de 2022.

FICHA 219 0202005002154520026203633903900 FONTE 100 SECRETARIA
MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS URBANOS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDO VAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

CLÁUSULA TERCEIRA – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 – Os serviços objetos deste termo deverão ser executados em estrita observância às exigências do edital e respectivos anexos e aos Planos Técnicos da CONTRATADA, atendidas as especificações e demais elementos técnicos no decorrer do período de execução do contrato.

3.2 - Caberá à empresa contratada coletar os resíduos objeto deste contrato de segunda-feira a sábado, em divisão igualitária que permita a coleta nas ruas da região Central por todos estes dias, e nas ruas de cada bairro em número que atenda as demandas passadas pela Prefeitura, sendo no mínimo 2 vezes por semana, com preferência para intervalos que não sejam superiores a 48 horas.

3.3- A coleta será realizada por meio de caminhão com implemento compactador de lixo, devendo este veículo possuir, também, sistema de descarga automática e coletor/retentor de chorume, e estar em perfeito estado de conservação e funcionamento a fim de não comprometer a execução deste serviço bem como evitar que se coloque em risco os empregados da Contratada, terceiros e os patrimônios público e particular.

3.4 - A empresa contratada deverá fornecer, além de caminhão compactador para a realização da coleta de resíduos, combustível e demais insumos necessários, o respectivo motorista bem como coletores em número suficiente para a correta e perfeita execução do serviço.

3.5 - Os resíduos sólidos urbanos domiciliares e públicos de características domiciliares coletados no Município de Guido Val/MG poderão ser, temporariamente, acondicionados em local denominado estação de transbordo, cuja operação e manutenção e monitoramento será de responsabilidade da empresa contratada, que possui como objetivo a transferência destes resíduos inicialmente acondicionados em caminhões compactadores, para recipientes que serão transportados por rodovia por caminhões de grande capacidade até o aterro sanitário da contratada. Esta transferência ocorrerá por intermédio de contêiner disponibilizado pela contratada na citada estação de transbordo, em número suficiente para que se evite o acúmulo de resíduos neste local.

3.6 – A CONTRATADA será responsável, civil e criminalmente, pela continuidade e segurança do serviço, devendo implantar a sinalização necessária, de acordo com as normas e especificações vigentes.

3.7 – Caberá à CONTRATADA, apresentar nos locais e no horário de trabalho, os funcionários devidamente equipados, uniformizados e com veículos suficientes para recolhimento do lixo domiciliar e das unidades comerciais.

3.8 – A CONTRATADA deverá operar com todos equipamentos e ferramentas, necessários ao bom desempenho dos serviços, atendendo aos melhores padrões técnicos para coleta, o transporte e a destinação final dos resíduos sólidos domiciliares.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIDO VAL ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.128.215/0001-58

3.9 – A PREFEITURA MUNICIPAL de GUIDO VAL através da Secretaria Municipal competente poderá, a qualquer momento, exigir a troca de equipamentos que não sejam adequados ou de ferramentas que não atendam às exigências dos serviços.

3.10 - A CONTRATADA poderá propor alternativas operacionais, realizar alterações e evolução dos projetos de forma a assegurar melhorias na qualidade, expansão dos serviços ou redução dos custos, as quais somente poderão ser implantadas após aprovação expressa pela PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIDO VAL.

CLÁUSULA QUARTA – PESSOAL DA CONTRATADA

4.1 – Competirá à CONTRATADA a admissão de todo o pessoal necessário ao desempenho dos serviços contratados, correndo por sua conta também os encargos sociais, seguros, uniformes, e demais exigências das leis trabalhistas.

4.2 – A equipe de trabalho deverá apresentar-se uniformizada, com camisas, calças, coletes reflexivos e com calçados padronizados, com o material de segurança individual que cada serviço requer e capas protetoras em dias de chuvas.

4.3 – A fiscalização dos serviços terá o direito de exigir por escrito a dispensa, que deverá realizar-se dentro de 48 (quarenta e oito) horas, de todo empregado cuja conduta seja obstáculo ao bom funcionamento do serviço, se a dispensa der origem à ação na Justiça do Trabalho, a Municipalidade não terá, em nenhum caso qualquer responsabilidade.

4.4 – Será terminantemente proibido ao pessoal da CONTRATADA, fazer catação ou triagem de resíduos, ingerir bebidas alcoólicas em serviço e pedir gratificação ou doações de qualquer espécie.

CLÁUSULA QUINTA – FISCALIZAÇÃO

5.1 – A execução dos serviços e o cumprimento do contrato serão supervisionados pela CONTRATANTE, através da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

5.2 – As ordens de serviço e toda a correspondência referente ao contrato, exceto de rotina, deverão ser feitas por ofício. Na hipótese da CONTRATADA negar-se a assinar o recebimento do ofício, no competente livro de carga, o mesmo será enviado pelo correio, registrado, considerando-se feita a comunicação para todos os efeitos.

CLÁUSULA SEXTA – PRAZOS

6.1 – Os prazos para execução dos serviços, objeto do presente contrato, serão os seguintes:

6.1.1 – O início dos trabalhos será de no máximo 05 (cinco) dias após a data de emissão da Ordem de Serviço pela SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS.

6.1.2 – O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses contado da data de assinatura, por se tratar de serviço de prestação de forma contínua, o presente contrato poderá ser prorrogado, havendo interesse entre as partes até o limite de 60 (sessenta meses) nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SETIMA – DO VALOR e DA FORMA DE PAGAMENTO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

7.1 – O valor mensal pelos serviços prestados será de R\$ _____, (), conforme descrito na quadro contido na clausula Primeira deste contrato.

7.2 – O valor total, pelos 12 meses de prestação dos serviços contratados é de R\$ _____, ().

7.3 – A cada período de 30 dias de prestação de serviços a contratada deverá emitir uma nota fiscal referente aos serviços prestados e encaminhar ao setor de compras da Prefeitura de Guido Val.

7.4 – O pagamento ocorrerá até o 15º dia do mês subsequente ao mês da prestação dos serviços.

7.4.1- O pagamento somente será efetuado através de ordem bancária à Conta Corrente da CONTRATADA, que indicará, no ato da assinatura do presente contrato os dados necessários à sua transferência.

7.5 - Os valores mencionados nos itens 7.1 e 7.2 serão corrigidos, após cada 12 meses de vigência do contrato, pela variação do INPC-IBGE do período, logo após a prorrogação do contrato, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES

8.1 – A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução das atribuições previstas no objeto deste instrumento e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para ao CONTRATANTE ou para terceiros.

8.1.1. A CONTRATADA obriga-se a oferecer prestação adequada dos serviços contratados, garantindo níveis satisfatórios de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação, conforme estabelecido em regulamentação.

8.1.2. A CONTRATADA não poderá condicionar a prestação dos serviços ao pagamento de valores não previstos neste instrumento e demais regulamentos, bem como de débitos não imputáveis ao usuário; ou, ainda, interromper, por decisão própria, a prestação dos serviços, ressalvadas as hipóteses previstas neste contrato.

8.1.3. A CONTRATADA, durante a execução deste contrato e exclusivamente dentro de seu objeto, deverá zelar pelas boas condições de saúde da população e pela proteção ao meio ambiente.

8.1.4. Na hipótese de a CONTRATADA ficar impedida de prestar parcialmente os serviços, nos casos de intervenção ou extinção parcial do CONTRATO, ACONTRATANTE promoverá a redução proporcional dos objetivos e metas do CONTRATO, limitada na parte do serviço em que for a CONTRATADA impedida de prestar, sem prejuízo de cumprimento, se for o caso, das demais disposições deste contrato aplicáveis à espécie.

8.1.5. Na prestação do serviço objeto deste contrato, a CONTRATADA não poderá dispensar tratamento diferenciado aos usuários de uma mesma classe de consumo e nas mesmas condições de atendimento, exceto nos casos previstos neste contrato, na legislação e normas internas da CONTRATADA.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDO VAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

8.2 Incumbe à CONTRATADA, sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações estabelecidas neste contrato, os seguintes direitos e encargos:

8.2.1. Prestar o serviço adequado, na forma prevista neste contrato e nas demais disposições aplicáveis;

8.2.2. Prestar, no prazo determinado, as informações que lhe forem solicitadas pelo CONTRATANTE, relativas as obrigações pactuadas;

8.2.3. Executar todos os serviços, atividades e obras relativas ao objeto deste contrato com zelo, diligência e economia, devendo sempre utilizar a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas;

8.2.4. Auxiliar a CONTRATANTE na preservação do meio ambiente, zelando pela proteção dos recursos naturais, do ecossistema e especialmente dos ambientes aquáticos;

8.2.5. Providenciar para que seus empregados e agentes, bem como de suas contratadas, encarregados da segurança de bens e pessoas, sejam registrados perante as repartições competentes, usem visivelmente crachá indicativo de suas funções e estejam instruídos a prestar apoio à ação da autoridade competente e aos usuários;

8.2.6. Obter, junto às autoridades competentes as licenças, inclusive as ambientais, necessárias à execução das obras ou serviços, sendo ainda responsável pelo pagamento dos custos correspondentes;

8.2.7. Manter arquivo das reclamações apresentadas pelos usuários e sumário das soluções adotadas;

8.2.8. Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, decorrente da exploração dos serviços ora outorgados;

8.2.9. Observar a legislação de proteção ambiental, respondendo pelas eventuais consequências de seu descumprimento;

8.3. Não se estabelece em função deste CONTRATO nenhuma relação jurídica entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE.

8.4. A CONTRATANTE deverá:

8.4.1. Fornecer todas as informações e dados disponíveis de qualquer natureza relacionados ao contrato, solicitados por escrito pela CONTRATADA;

8.4.2. Intervir na contratação, nos casos e nas condições previstos neste CONTRATO;

8.4.3. Pagar à CONTRATADA os valores a ela devidos em função deste contrato, bem como as indenizações previstas na legislação aplicável e neste CONTRATO, quando devidas, decorrentes da extinção do CONTRATO;

8.4.5. Receber os valores das multas aplicadas à CONTRATADA;

8.4.6. Conceder tempestivamente à CONTRATADA, na forma da legislação aplicável, as licenças e autorizações municipais necessárias à execução dos serviços públicos e das obras relacionadas ao serviço;

8.4.7. Receber relatórios sobre a prestação do serviço público de saneamento básico afetado a este contrato;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

8.4.8. Definir as diretrizes políticas para expansão e melhoria do serviço público de limpeza urbana;

8.4.9. Garantir a participação da CONTRATADA nas discussões relativas a projetos e normatizações municipais que influenciem a prestação do serviço.

8.5. Incumbe a CONTRATANTE a fiscalização e regulação do serviço público de limpeza urbana, durante a vigência deste CONTRATO, os seguintes direitos e encargos, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste contrato:

8.5.1. Fiscalizar os serviços, nas áreas do município afetas à contratação;

8.5.2. Regulamentar a contratação, supervisionar a execução dos serviços, bem como todas as obras e serviços realizados pela CONTRATADA, zelando pela sua boa qualidade, sem que isso reduza ou exclua a responsabilidade da CONTRATADA;

8.5.3. Estimular o desenvolvimento de projetos que valorizem a economia de água, afim de auxiliar na política de preservação dos recursos hídricos e do meio ambiente;

8.5.5. Receber e apurar as reclamações dos usuários, desde que não resolvidas pela CONTRATADA, os quais serão cientificados das providências tomadas;

8.5.4. Solucionar, em última instância, na esfera administrativa os litígios entre CONTRATANTE, CONTRATADA e USUÁRIOS, nos termos deste contrato;

8.5.5. Manter estrutura funcional e organizacional adequada à fiscalização dos serviços, estabelecendo órgão interno de ouvidoria, encarregado de receber dos usuários as reclamações e sugestões quanto aos serviços prestados pela CONTRATADA;

8.5.6. Analisar proposta de revisão e reajuste de tarifas e preços de serviços apresentada pela CONTRATADA, homologando os valores adequados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

8.5.7. Analisar os relatórios contábeis, técnicos e econômicos e documentos similares enviados pela CONTRATADA;

8.5.8. Aplicar as penalidades legais, regulamentares ou estabelecidas neste CONTRATO;

8.5.9. Notificar a CONTRATADA, para adoção das medidas de sua competência, caso verifique irregularidades em sua atuação.

8.5.10. A CONTRATANTE se compromete a entregar em um raio de até 25 Km todo RSU coletado no Município de GUIDOVAL em uma estação de transbordo devidamente licenciada e indicada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL E EXTINÇÃO DO CONTRATO

9.1 – A recusa imotivada na assinatura do contrato ou a recusa em dar início a execução do objeto descrito na cláusula primeira deste contrato em até 15 (quinze) dias, ensejará a rescisão do contrato.

9.2 – A suspensão da execução dos serviços sem motivação específica e sem comunicação prévia com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, ensejará a rescisão do contrato e multa.

9.2 – Rescindir-se-á o presente contrato, ainda, por iniciativa do Município CONTRATANTE, em caso de inadimplência parcial ou total da CONTRATADA.

9.2.1. Extingue-se a contratação por:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

- a) advento do termo do CONTRATO;
- b) caducidade;
- c) rescisão;
- d) anulação do contrato; e
- e) extinção da CONTRATADA.
- f) subcontratação dos serviços objeto deste Contrato;
- g) a cessão ou transferência do presente Contrato;

9.2.2. Extinta a contratação, opera-se, de pleno direito, a reversão, ao CONTRATANTE, dos bens vinculados aos serviços, bem como as prerrogativas conferidas à CONTRATADA, pagando-se à CONTRATADA a respectiva indenização, relativamente aos bens incorporados ao CONTRATO, nos termos da legislação pertinente.

9.2.3. Em qualquer hipótese de extinção do CONTRATO, o CONTRATANTE assumirá, imediatamente, a prestação do serviço, para garantir sua continuidade e regularidade.

9.2.7. CADUCIDADE:

9.2.7.1. A inexecução total ou parcial do CONTRATO acarretará a caducidade a CONTRATAÇÃO.

9.2.7.2. Caso o CONTRATANTE entenda pela caducidade da prestação dos serviços, deverá ouvir previamente a CONTRATADA.

9.2.7.3. A caducidade da prestação de serviços deverá ser precedida da verificação da efetiva inadimplência da CONTRATADA em processo administrativo, assegurado à mesma o direito ao contraditório e a ampla defesa.

9.2.7.4. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes da CONTRATADA ter sido previamente comunicada a respeito das infrações praticadas, devendo ser-lhe concedido um prazo de 60 (sessenta) dias, para corrigir as falhas e transgressões apontadas.

9.2.7.5. Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada mediante Decreto do Município, pagando-se as indenizações devidas.

9.2.7.6. Da indenização de que trata este contrato será descontado o montante das multas aplicadas e dos danos causados pela CONTRATADA.

9.2.7.7. A caducidade da CONTRATAÇÃO acarretará para a CONTRATADA a retenção de eventuais créditos decorrentes deste CONTRATO, até o limite dos prejuízos causados ao Município.

9.2.7.8. Declarada a caducidade, não resultará ao Município qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros, ou com empregados da CONTRATADA.

9.2.8. RESCISÃO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

9.2.8.1. A CONTRATADA poderá solicitar judicialmente a rescisão do CONTRATO no caso de descumprimento das normas do mesmo pelo CONTRATANTE. Nesta hipótese, os serviços não poderão ser interrompidos ou paralisados, antes de 30 (trinta) dias da notificação ao CONTRATANTE no intuito de rescindir o CONTRATO.

9.2.8.2. A CONTRATADA poderá requerer a rescisão do CONTRATO quando houver, sem sua concordância, quebra da exclusividade na prestação do serviço objeto do mesmo.

9.2.9. ANULAÇÃO DO CONTRATO

9.2.9.1. Aplicar-se-á, em caso de anulação do CONTRATO, o disposto no art. 59 e parágrafo único da lei federal n.º 8.666/1993, para efeito exclusivo de ressarcimento por motivo não imputável à CONTRATADA, vedado o pagamento de lucros cessantes.

9.2.10. EXTINÇÃO DA CONTRATADA

9.2.10.1. Aplicar-se-ão em caso de extinção da CONTRATADA as mesmas disposições referentes à caducidade do CONTRATO, em relação ao valor, a forma de cálculo e o procedimento de pagamento da indenização devida.

9.2.10.2. Na hipótese de dissolução da CONTRATADA, não poderá ser procedida a partilha do respectivo patrimônio social sem que: a CONTRATANTE ateste, mediante auto de vistoria, o estado em que se encontram os bens vinculados ao CONTRATO; e se efetue o pagamento das quantias devidas ao CONTRATANTE, a título de indenização ou a qualquer outro título.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 - Pela inexecução total ou parcial da obrigação assumida, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente:

I - Advertência por escrito;

II – Multa no aporte de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) em decorrência da prestação inadequada, paralisação ou interrupção dos serviços, por dia em que for prestado inadequadamente, paralisado ou interrompido o serviço, até o limite de 15 dias.

III – Multa no aporte de R\$100.000,00 (cem mil reais) pela interrupção do serviço por prazo superior a 15 (quinze) dias, sem notificação ao município na forma prevista no item 9.2 deste contrato.

IV – Caducidade da contratação em decorrência da interrupção dos serviços por prazo superior a 60 dias, sem prejuízo das multas acima em dobro e perdas e danos.

§1º. Considera-se inadequada a prestação do serviço a não realização das rotas de acordo com a demanda municipal ou a prestação inadequada em decorrência de mau funcionamento de veículos.

§2º. Ocorre ainda a caducidade da contratação quando:

a) a CONTRATADA descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à contratação;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDO VAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

- b) a CONTRATADA paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;
- c) a CONTRATADA perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;
- d) a CONTRATADA não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;
- e) a CONTRATADA não atender a intimação do CONTRATANTE no sentido de regularizar a prestação do serviço; e
- f) a CONTRATADA for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

§3º. Na forma do §3º do art. 86 da lei federal nº 8666/1993, se não existir garantia, responderá a CONTRATADA por sua integralidade, as quais serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.2 - A transferência da contratação ou do controle societário da contratada sem prévia anuência do CONTRATANTE implicará a caducidade do contrato.

10.3 - Será propiciada defesa a CONTRATADA, antes da imposição das penalidades previstas nos itens precedentes.

10.4 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos itens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10.5 - A multa aplicada deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado.

10.6 - As penalidades previstas neste contrato poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, se procedentes os argumentos apresentados na defesa protocolizada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Este contrato submete-se às normas pertinentes ao regime jurídico administrativo, esculpidas no dispositivo contido no art. 58 da lei nº 8.666/1993 e lei nº 8.987/1995, dele fazendo parte todas as condições estabelecidas no Edital nº 024/2015, independentemente de transcrição.

11.2 – Somente serão majorados os valores previstos neste contrato em decorrência de atualização monetária (calculada de acordo com a inflação medida pela variação do INPC-IBGE).

11.2.1 – O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato somente será examinado se presentes todas as condições constantes do art. 65, inciso II alínea "d" da Lei 8.666/93 e autorizado mediante a celebração de termo aditivo ao contrato.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12 – Elegem as partes contratantes o foro da Comarca de Ubá (MG) para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estar justo e acordado, as partes, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinaladas.

GUIDOVAL (MG), 06 de Maio de 2022.

Luciana Rodrigues Palmeira
Prefeita Municipal

Contratada



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

ANEXO 08

DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

A empresa _____ CNPJ
_____ com sede à _____, Bairro
_____ na cidade de _____,
Estado de _____, neste ato representada pelo(a)
_____, Identidade nº _____, expedida
_____, CPF _____ (identificar a qualificação: cargo,
função, procurador) _____, DECLARA, sob as penas da lei, que se enquadra como
(identificar a situação da empresa ME OU EPP) _____, nos termos do art. 3º
da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a usufruir dos benefícios e
vantagens legalmente conferidas, esclarecendo que não se enquadra em nenhuma das vedações
legais, imposta pelo § 4º do art. 3º da lei citada.

Local e data

Assinatura _____



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**

ANEXO 9

**DECLARAÇÃO DE NÃO USO DE SUBCONTRATAÇÃO/TERCEIRIZAÇÃO DE
MÁQUINAS E/OU SERVIÇOS**

A empresa _____ CNPJ _____
com sede à _____, Bairro
_____ na cidade de
_____, Estado de
_____, neste ato representada pelo(a)
_____, Identidade nº _____,
expedida _____, CPF _____, _____ (identificar a
qualificação: cargo, função, procurador) _____, DECLARA, sob as penas da lei, que
possui capacidade técnico-operacional e equipamentos apropriados para a execução do
objeto desta concorrência, assim como tem pleno conhecimento da proibição de
subcontratação em todo ou em partes de máquinas e/ou serviços licitados, incidindo no
declínio do contrato de concessão conforme consta no item 9.2.1, alínea F e G do contrato.

Local e data

Assinatura _____



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUIDOVAL
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.128.215/0001-58**